

ECONOMIA REGIONAL: CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E
MUDANÇAS

**O EMPREGO FORMAL INDUSTRIAL NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE QUANTITATIVA NO PERÍODO 1995 A 2010**

Osmar Faustino de Oliveira¹ - osmarfaustino@yahoo.com.br
Pollyanna Neves de Medeiros² - pollyannamedeiros@outlook.com
William Eufrásio Nunes Pereira³ - willa@ufrnet.br

¹ Graduando em Economia – DEPEC/UFRN. Fone: (84) 8134-0707

² Graduanda em Economia – DEPEC/UFRN.

³ Professor do DEPEC/UFRN, Coordenador PPECO/UFRN.

O EMPREGO FORMAL INDUSTRIAL NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA NO PERÍODO 1995 A 2010

RESUMO

A década de 1990 foi marcada por alguns fenômenos históricos, econômicos e políticos, dos quais se destacam: a Abertura Comercial, a Guerra Fiscal e a Reestruturação Produtiva, fase que introduz novos métodos, tecnologias, técnicas de produção. O presente trabalho mostra os números do Emprego Formal da Indústria e o Produto Interno Bruto nos estados nordestinos. A pesquisa foi realizada com base nos dados da Relação Anual de informações Sociais (RAIS) disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Como também da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A literatura abordada tomou como referência autores como Pereira (2008), Rezende (2012), Lopes Neto (1998), Britto (2004), Torres (2002), Silveira (2005), Silva (2008), Soares (2007) e Lara (2010). Os estados nordestinos com maior emprego formal na indústria são Pernambuco, Bahia e Ceará que no início dos anos 1990 apresentaram mais 261,4, 187,7 e 125,0 mil empregos, respectivamente. No final da década com 180,0, 169,0 e 167,7 respectivamente. Conclui-se, que a reestruturação produtiva nos anos 1990, influenciou os mecanismos de produção, impondo as firmas a buscar competitividade nacional e internacional. Os estados com os maiores números de vínculos formais foram Bahia, Ceará e Pernambuco.

ABSTRACT

The 1990s was marked by some historical, economic and political phenomena, among which are: the Trade Liberalization, Fiscal Restructuring and War Production, phase introduces new methods, technologies, production techniques. The present work shows the numbers of Formal Employment and Industry Gross Domestic Product in the northeastern states. The research was based on data from the Annual Report of Social Information (RAIS) provided by the Ministry of Labour and Employment. Also from the Superintendency of Economic and social studies of Bahia (SEI). The approached literature as authors took as reference Pereira (2008), Rao (2012), Lopes Neto (1998), Britto (2004), Torres (2002), Silveira (2005), Silva (2008), Smith (2007) and Lara (2010). The Northeastern states with the highest formal employment in industry are Pernambuco, Bahia and Ceará that in the early 1990s had more 261.4, 187.7 and 125.0000 jobs, respectively. At the end of the decade with 180.0, 169.0 and 167.7 respectively. It is concluded that the restructuring process in the 1990s, influenced the production mechanisms, imposing firms to seek national and international competitiveness. The states with the highest number of formal links were Bahia, Ceará and Pernambuco.

Palavras chave: Nordeste, Indústria, Emprego Formal.

Classificação JEL: R11 – Regional Economic Activity: Growth, Development, and Changes.

1.0 INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada por alguns fenômenos históricos, a exemplo da Abertura Comercial, da Guerra Fiscal e da Reestruturação Produtiva, fase que introduz novos métodos, tecnologias, técnicas de produção. Segundo Pereira (2008), a reestruturação é a fase de metamorfose entre dois modos de regulação o Fordismo e a Acumulação Flexível. Dois modelos de produção envolvendo um processo de transformação nos mecanismos de produção da economia.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar o Emprego Formal e os Estabelecimentos da Indústria nos estados nordestinos, como também a taxa de crescimento dos mesmos. Enfatizar a Reestruturação Produtiva e a Guerra Fiscal que foram grandes incentivadores para a criação de novos métodos de produção e a atração de incentivos fiscais para os estados. Relatar a participação das grandes regiões brasileiras no Valor Adicionado Bruto, e a composição do Produto Interno dos estados nordestinos. Os dados foram obtidos por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Como também dados da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI). A literatura tomou como referência autores como Pereira (2008), Rezende (2012), Lopes Neto (1998), Britto (2004), Torres (2002), Silveira (2005), Silva (2008), Soares (2007) e Lara (2010).

O trabalho se divide em quatro partes além da introdução e das conclusões. Na primeira há uma rápida descrição da reestruturação produtiva. Em seguida breves conceitos sobre a guerra fiscal no Brasil. Na terceira, é feita a exposição da metodologia utilizada na pesquisa. Por último, realiza-se a descrição e análise dos dados.

2.0 UMA BREVE DESCRIÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

A reestruturação produtiva inicia-se na indústria automobilística nos anos 1970, buscando competitividade, visando concorrer com a indústria mundial. No Brasil esse processo inicia-se nos anos 1980 e ganha maior autonomia nos anos 1990. Inicialmente, como mostra PEREIRA (2008), a reestruturação produtiva caracterizou-se pelas novas tecnologias e a disseminação dos Círculos de Controle de Qualidade. Os CCQs no país foram uma forma de controle da mão-de-obra do que um processo de modernização e democratização do espaço fabril. A década de 1990 caracteriza-se pela inserção do Brasil no processo de mundialização do capital. A abertura comercial ampliou o nível de competitividade da produção brasileira com as empresas internacionais.

Pereira (2008) evidencia três causas fundamentais para o processo de reestruturação produtiva no Brasil que são elas: a) A necessidade das empresas brasileiras competirem internacionalmente em um comércio mundial altamente agressivo e concorrencial. b) A implementação, por parte das multinacionais, de novas tecnologias de gestão de produção. A implantação dessas novas tecnologias acelerou-se nos anos 1990, a partir da política do governo Collor de derrubar as barreiras alfandegárias aos produtos importados. c) A necessidade gerada nas empresas nacionais de corresponderem à maior competição nacional e internacional.

No Brasil, a reestruturação produtiva implicou um processo de descentralização produtiva de alguns setores importantes, principalmente os intensivos em trabalho. A descentralização produtiva caracterizou-se muito mais por ser uma realocação

industrial do que, em sua essência, descentralização de capitais. Esse fato ocorreu devido ao aumento da concorrência capitalista que se deu com a abertura comercial e a queda das barreiras alfandegárias.

As empresas além de modernizarem-se, com intenso enxugamento funcional, procuraram realocar os novos investimentos, plantas ou mesmo algumas fábricas já existentes, no intuito de absorver as vantagens econômicas e não econômicas, anteriormente desprezíveis, das localidades onde pretendiam se instalar. Além do mais, estimularam um clima de concorrência entre as localidades visando à obtenção de vantagens artificialmente criadas para elas.

Embora a reestruturação produtiva tenha promovido realocações de indústrias no Nordeste brasileiro, Pereira (2008) afirma que os estados dessa região atraíram investimentos privados fruto do movimento do capital, promovido mais pela guerra fiscal, do que pela reestruturação produtiva, ainda que não se possa rejeitar a importância desse processo.

Segundo Rezende (2012), os anos 1990 podem ser identificados como momentos de importantes transformações na política econômica no arcabouço político-institucional e na dinâmica com o desenvolvimento regional no Brasil.

O autor, menciona que os anos 1990 foram marcados por uma série de transformações que estão diretamente relacionadas ao processo de globalização e à disseminação e intensificação das ideias neoliberais. Onde esta nova fase levou a profundas readaptações na estrutura produtiva nacional, com maior valorização do mercado e aumento da competitividade.

3.0 GUERRA FISCAL

Guerra fiscal pode ser conceituada como a exacerbação de práticas competitivas entre entes de uma mesma federação em busca de investimentos privados. Benesses fiscais atrativas incentivariam a migração de determinados agentes privados, os quais, segundo postulados econômicos clássicos, sempre tendem a buscar o menor custo produtivo e, conseqüentemente, maior lucro. Para atrair investimentos aos seus respectivos estados, os governos infranacionais como estados ou municípios, oferecem aos empresários determinados benefícios fiscais, como créditos especiais de ICMS ou empréstimos subsidiados de longo prazo.

No Brasil, existe também a guerra fiscal entre municípios, utilizando-se, na maior parte das vezes, benefícios relativos ao ISS (imposto sobre Serviços). Apesar de ser bom para o empresário, na prática, a Guerra Fiscal entre os estados provoca distorções na arrecadação do ICMS, pois os estados exportadores, indiretamente, transferem parte do ônus dos incentivos praticados para os estados importadores dos produtos e serviços tributados. Mas o contribuinte também pode ser vítima desta guerra: o adquirente de bens ou serviços, oriundos de outro estado, quando o remetente usufrui de incentivo fiscal no estado de origem, pode sofrer sanções do seu estado, como, por exemplo, restrições do direito ao crédito do ICMS.

Os estados nordestinos, similarmente aos demais estados da federação, participaram ativamente da guerra fiscal que se estabeleceu nos anos 1990. Algumas unidades da federação foram mais eficientes na promoção de estímulos ao capital e na atração por capitais extra-regionais. (Pereira, 2008, p. 109) afirma que:

As políticas municipais de desenvolvimento industrial acompanharam as estaduais, acentuando a guerra fiscal entre as cidades e as unidades da Federação, utilizando-se do pequeno

poder fiscal que lhes cabia. As renúncias fiscais advogadas como “investimentos” por parte dos concedentes, deterioraram as condições financeiras, já fragilizadas pelo endividamento, dos estados e municípios. Alguns municípios, principalmente os próximos às grandes regiões metropolitanas, ganharam postos de trabalho, reflexo dos investimentos realizados pelo capital que se realocou.

Estados como a Bahia Pernambuco e Ceará foram os maiores detentores dos investimentos produtivos durante a guerra fiscal. Por serem estados que mais participaram da atração dos investimentos produtivos para seus respectivos municípios. Buscando competitividade, desenvolvimento, investimentos produtivos e a atração de novas empresas para seus municípios. Portanto esses estados formam contemplados com os maiores números de vínculos formais do emprego industrial nordestino.

4.0 REFERENCIAIS E METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com base nos dados da Relação Anual de informações Sociais (RAIS) disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Dados coletados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), como também da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

A literatura abordada tomou como referência autores como Pereira 2008, enfatizando a Reestruturação Produtivas na década de 1990, mostrando os seus aspectos no país. Autores como Rezende (2012), Lopes Neto (1998), Britto (2004), Torres (2002), Silveira (2005), Silva (2008), Soares (2007) e Lara (2010), enriqueceram a literatura do trabalho. O Presente trabalho mostra o Emprego Formal e os Estabelecimentos da Indústria nos estados nordestinos nos últimos anos e a respectiva taxa de crescimento dos mesmos. Como também a participação de cada estado do Nordeste brasileiro no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Mostra também a participação de cada estado nordestino no PIB total do Nordeste.

O estado que mais incrementou no PIB no período analisado foi a Bahia. O trabalho traz a participação dos três setores da economia no Valor Adicionado Bruto nos anos 1995, 2000, 2005 e 2010. No qual o setor de serviços domina a maior participação, devido ser o setor que mais emprega mão de obra no país. Mas lembrando que, o foco do trabalho é o setor industrial. Que para isso foram pesquisados o Emprego Formal e os Estabelecimentos industriais nos anos 1995, 2000, 2005 e 2010.

Para saber o quanto cresceu o número de Empregos Formais, como o de Estabelecimentos, foi preciso calcular a taxa de crescimento do ano de 2010 em relação a 1995. Sendo perceptível que em ambos os casos no Nordeste brasileiro todas as taxas foram positivas.

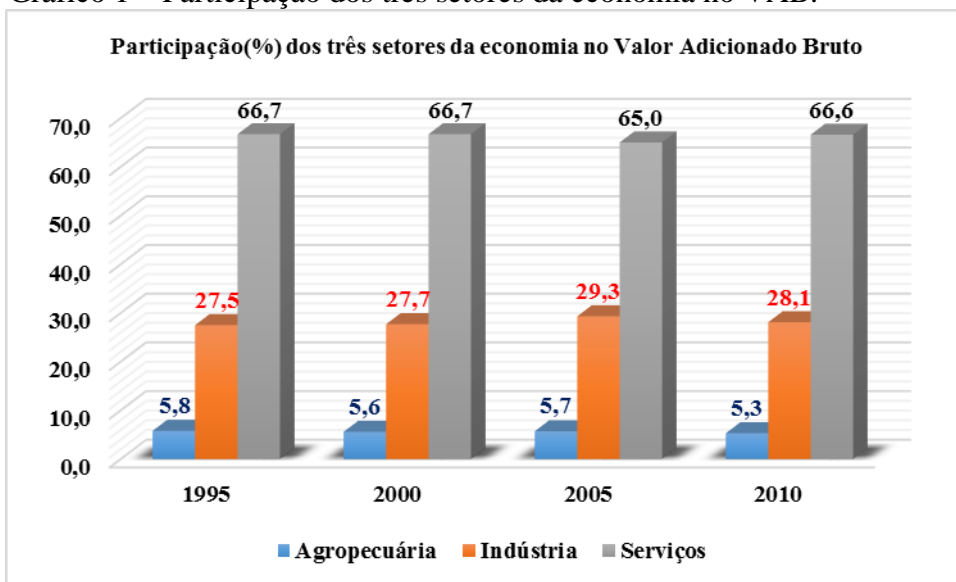
5.0 ILUSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

O setor de serviços nos últimos anos ampliou significativamente sua participação no Produto Interno Bruto. O setor industrial é fundamental para o desenvolvimento do país. O gráfico 1 ilustra a participação dos três setores da economia no Valor Adicionado Bruto nos anos 1995, 2000, 2005 e 2010.

Ficando perceptível que o setor de serviços possui a maior participação no Valor Adicionado Bruto (VAB). Mas é importante lembrar que o foco do trabalho não é o setor de serviços, mais sim, a indústria que tem uma grande participação no VAB em relação ao setor Agropecuário.

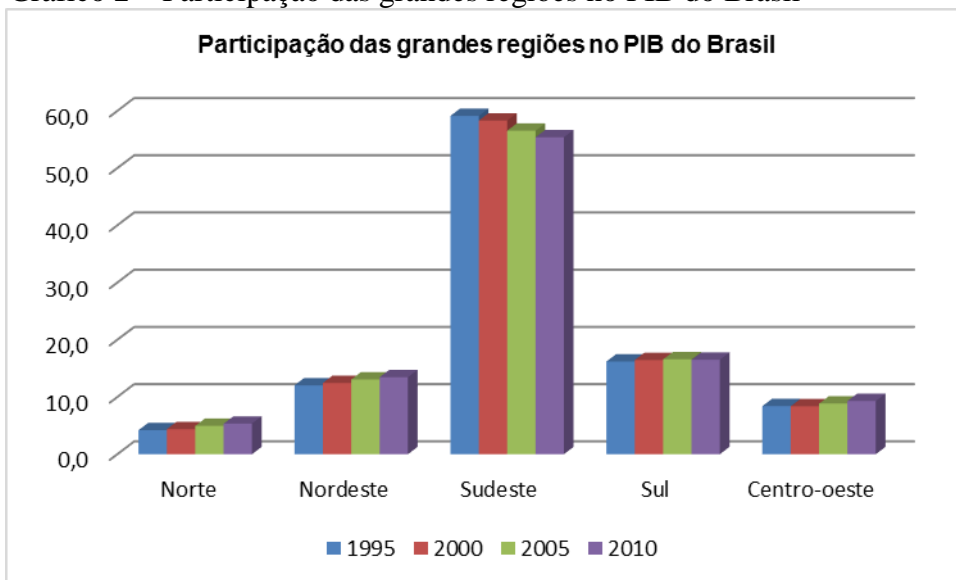
A participação da agropecuária foi muito pequena nos anos pesquisados, como mostra os dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. O setor industrial vem aumentando a participação no Valor Adicionado Bruto. Em 1995 sua participação era de 27,5%, em dez anos depois chega a 29,3%. Já em 2010 essa participação decresce – 1,2%.

Gráfico 1 – Participação dos três setores da economia no VAB.



Fonte: Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Gráfico 2 – Participação das grandes regiões no PIB do Brasil



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia

A Região Sudeste por ser bastante industrializada e o centro financeiro do Brasil, tem grandes vantagens em relação às demais regiões do país. As indústrias estão concentradas no Sudeste, pois é nesta região, que se localiza as grandes metrópoles do país, São Paulo e Rio de Janeiro.

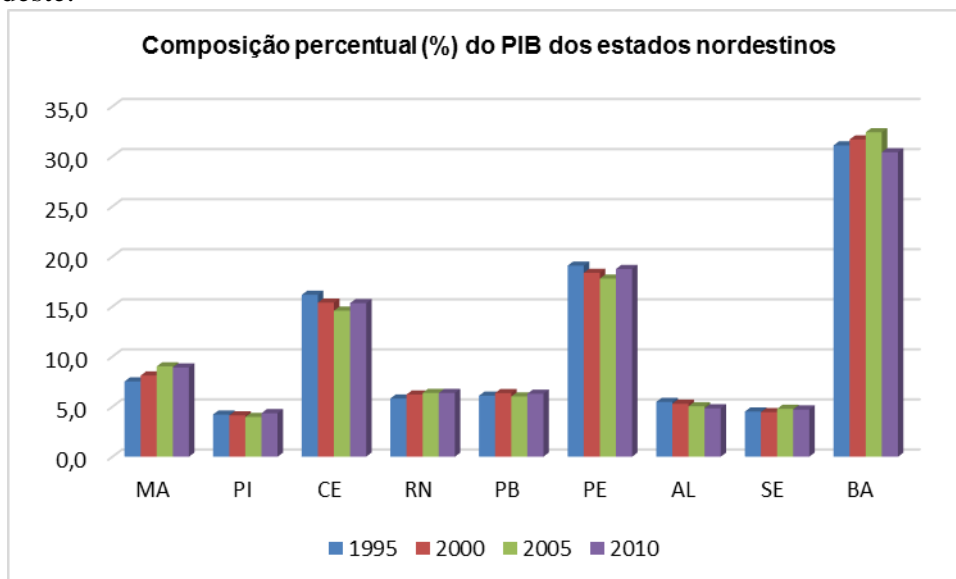
O gráfico 2 mostra a participações das grandes regiões no PIB total do Brasil. Ficando evidente que a Região Sudeste, possui uma elevada participação no PIB. Isso se deve aos maiores investimentos produtivos nessa região, bem como o elevado grau de concentração das indústrias, ali localizadas, pois, é lá que concentra-se as grandes metrópoles do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, e esta, sendo o coração financeiro do país.

A Região Sudeste está à frente das demais, devido possuir grandes vantagens econômicas e financeiras. O Sul apresenta uma participação secundária, por ser uma região de forte crescimento econômico. O Nordeste vem em terceiro lugar na participação do PIB, estando na frende do Centro-oeste e da região Norte. Isso é muito importante pois nos últimos anos o Nordeste está se tornando atrativo para as grandes empresas trazerem suas filiais para esta Região.

As empresas consideram economicamente atrativo instalar suas filiais no Nordeste, devido, em parte, à grande mão de obra barata que se encontra nesta localidade. Vale ressaltar que os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará são estados com uma economia fortemente desenvolvidas em relação aos demais estados nordestinos. Pois possuem um elevado grau da concentração industrial.

É perceptível observar no gráfico que ao longo dos anos estudados, a Região Sudeste vem declinando sua participação no PIB. Isso acontece devido a desconcentração industrial, na qual as empresas do Sudeste estão sendo deslocadas para as outras regiões. O Nordeste, assim como as demais regiões vem se beneficiando com essa realocização, relativa, na qual, vem aumentando sua participação no PIB brasileiro.

Gráfico 3 – Composição percentual do PIB dos estados nordestinos em relação ao Nordeste.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia

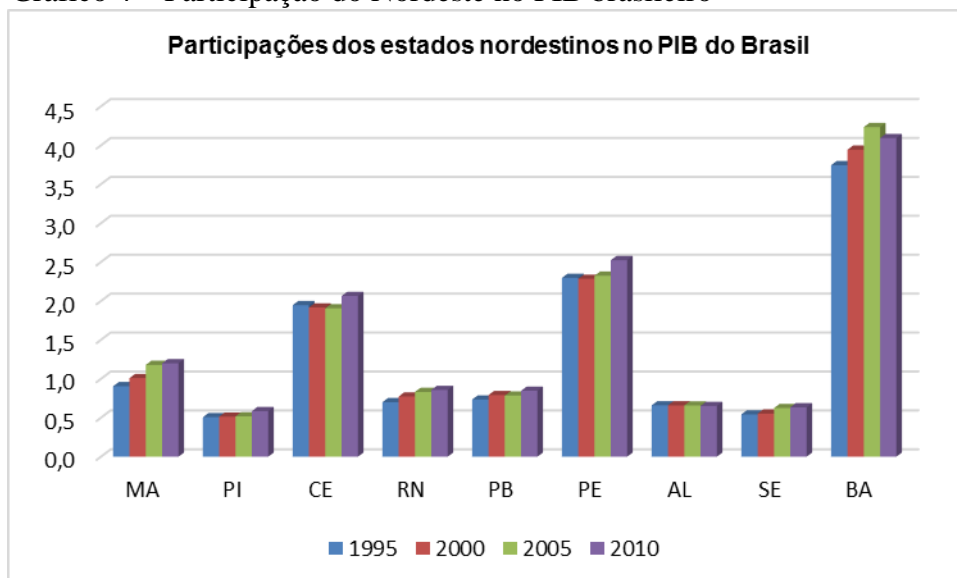
Os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco possuem uma forte economia em desenvolvimento. São estados que durante a Guerra Fiscal foram os que mais atraíram investimentos para atração de novas empresas nos seus respectivos municípios.

O gráfico 3, mostra o quanto cada estado participa no PIB. No qual fica fácil observar que a Bahia possui o maior PIB em relação aos outros. Isso porque é um estado que nos últimos anos vem atraindo maiores investimentos privados.

Durante a Guerra Fiscal a Bahia foi um dos três estados que maior atraiu investimentos para seus municípios. Pernambuco tem uma participação secundária, como mostra o gráfico 3 durante o período analisado. É um estado que possui um elevado grau de investimentos produtivos.

Ceará vem ocupando o terceiro lugar de maior percentual do PIB do Nordeste. Isso se deve porque esse estado nos últimos anos vem com um elevado grau de concentração industrial, vale ressaltar que o Ceará possui uma forte concentração da Indústria Têxtil e Calçadista.

Gráfico 4 – Participação do Nordeste no PIB brasileiro



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia

Cada estado Nordestino tem sua importância no incremento do PIB brasileiro. A Bahia nos últimos anos foi o estado que mais se destacou.

Pernambuco e Ceará são grandes economias. Possuem uma forte concentração industrial e vem em patamares elevados na participação do PIB. O estado que merece ser destacado é o Maranhão, que, por ser uma economia pequena, mostrou-se um forte crescimento nos anos estudados.

Tabela 1 - O Emprego Formal da Indústria no Nordeste brasileiro

UF	1995	2000	2005	2010
Maranhão	37.092	42.575	47.714	103.684
Piauí	28.186	33.278	39.026	63.615
Ceará	147.359	180.535	218.399	337.171
Rio Grande do Norte	50.766	62.237	82.934	128.171
Paraíba	57.318	66.161	77.745	115.696
Pernambuco	201.013	187.456	219.037	359.359
Alagoas	73.119	74.552	112.940	138.473
Sergipe	32.117	37.665	51.517	80.885
Bahia	160.161	188.105	251.790	409.248

Fonte: GEPETIS/DEPEC – UFRN, a partir dos dados da RAIS/MTE. Elaboração própria.

O setor industrial no Nordeste nos últimos anos vem ganhando proporções de crescimento significativas. O número de estabelecimentos vem aumentando, pois é atrativo inserir filiais aqui no Nordeste.

Devido a vários fatores como por exemplo: mão-de-obra barata, baixos salários que as empresas irão pagar aos seus funcionários e etc. Com o aumento das empresas industriais nos estados nordestino aumenta o estoque de trabalhadores. Isso é muito importante para economia desses estados pois gera uma maior qualidade de vida, as pessoas agora estão aptas a consumir, estimulando assim a produção e, conseqüentemente, a economia.

A tabela 1 mostra o emprego formal da indústria no Nordeste brasileiro. Os dados mostram que, no ano de 2010 em relação ao ano 1995 a quantidade de estoques de trabalhadores teve um grande crescimento dos vínculos empregatícios em todos os estados nordestinos. Principalmente para a Bahia, Ceará e Pernambuco, por serem os maiores detentores da quantidade do estoque de trabalhadores formais da indústria.

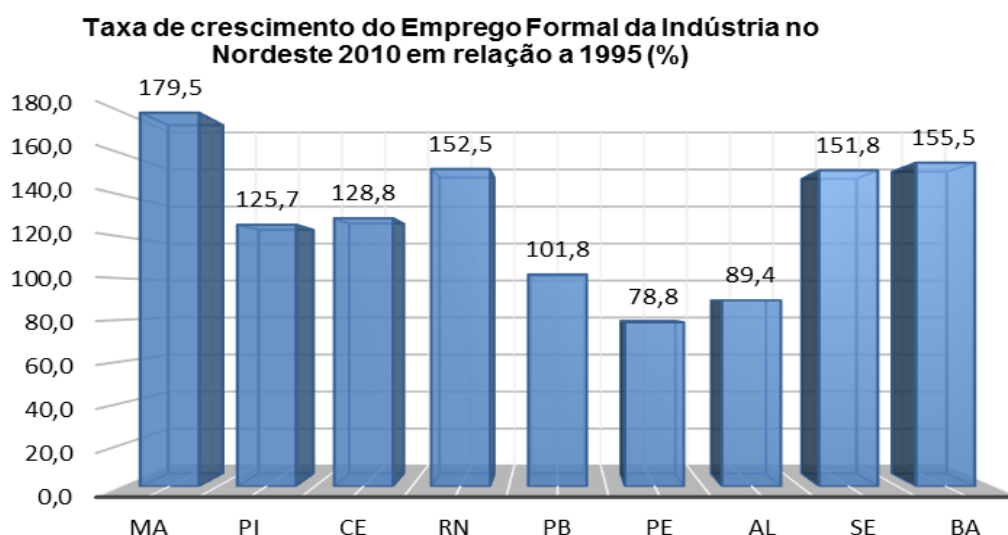
No período de 1995 o estado do Maranhão começou a década com 37,1 mil empregos formais, ou seja aquele emprego com carteira assinada e no final de 2010 alcançou 103.7 mil empregos ou seja carteira assinada. Piauí, Sergipe e Alagoas em 31 de dezembro de 1995 a quantidade de empregos formais eram de 28.2 mil, 32.1 mil e 73.1 mil respectivamente. Alcançando em 2010 um patamar de 63.6 mil, 80.8 mil e 138.5 mil respectivamente os números absolutos de empregos com carteira assina no final de cada ano.

O Rio grande do Norte teve uma participação razoável, pois em 1995 a quantidade de empregos eram de 50.7 mil empregos, aumentando para 128.8 mil em números absolutos. Isso mostra o quanto o setor da indústria está com um forte incremento nos estados nordestinos.

A Paraíba durante o período observado possuía em 1995 uma quantidade de 57.3 mil contratos no mercado de trabalho. Em 2000 esse número ganha um significativo crescimento chegando 66.2 mil, ultrapassando o ano de 1995.

O crescimento do emprego no estado da Paraíba ganha um alto crescimento nos anos de 2005 e 2010, com 77.7 mil e 115.7 mil respectivamente. É importante destacar o quanto a indústria vem ganhando um forte incremento nos estados nordestinos, aumentando o número de contratos formalizados, protegidos pelas leis trabalhistas.

Gráfico 6 – taxa de crescimento da Indústria



Fonte: GEPETIS/DEPEC – UFRN, a partir dos dados da RAIS/MTE. Elaboração própria.

Os estados nordestinos apresentaram uma forte participação no estoque de trabalhadores no setor da indústria. Vale destacar o estado do Maranhão pois possuiu no período observado a maior taxa de crescimento do emprego formal da indústria com uma taxa de 179,5%. Em 1995 a quantidade de empregos formais na indústria eram de 37.1 mil trabalhadores com carteira assinada até 31 de dezembro. Ultrapassando em 2010 o total de 103.7 mil o estoque de trabalhadores.

O estado da Bahia, vem ocupando uma taxa secundária, com 155,5%. Em 1995 a quantidade de vínculos formais no setor industrial era de 160,2 mil, ultrapassando para 409,2 mil o estoque de trabalhadores. A Bahia é um dos estados nordestinos que mais participa do Produto Interno Brasileiro, devido ser uma forte economia, na qual estão concentradas grandes empresas industriais.

O Rio Grande do Norte possui a terceira maior taxa de crescimento, com 152,5%. Em 1995 o número de empregos formais da indústria era de 50.8 mil, no qual chega ultrapassa esse valor em 2010 para 128,1 mil trabalhadores formais. Porém mesmo os estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte possuindo uma taxa de crescimento bastante altas.

Os maiores detentores do número de vínculos formais continuam sendo os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, por serem grandes economias com forte concentração industrial.

Tabela 2 – Estabelecimentos da Indústria no Nordeste

UF	1995	2000	2005	2010
Maranhão	1611	3324	4418	4635
Piauí	1280	2063	2529	2609
Ceará	5881	9526	12646	13966
Rio Grande do Norte	2042	2867	3835	4587
Paraíba	2892	2842	3795	4218
Pernambuco	6011	6675	8687	9672
Alagoas	1228	1677	1940	1915
Sergipe	1425	1197	1543	1886
Bahia	7596	11967	15909	17345

Fonte: GEPETIS/DEPEC – UFRN, a partir dos dados da RAIS/MTE. Elaboração própria.

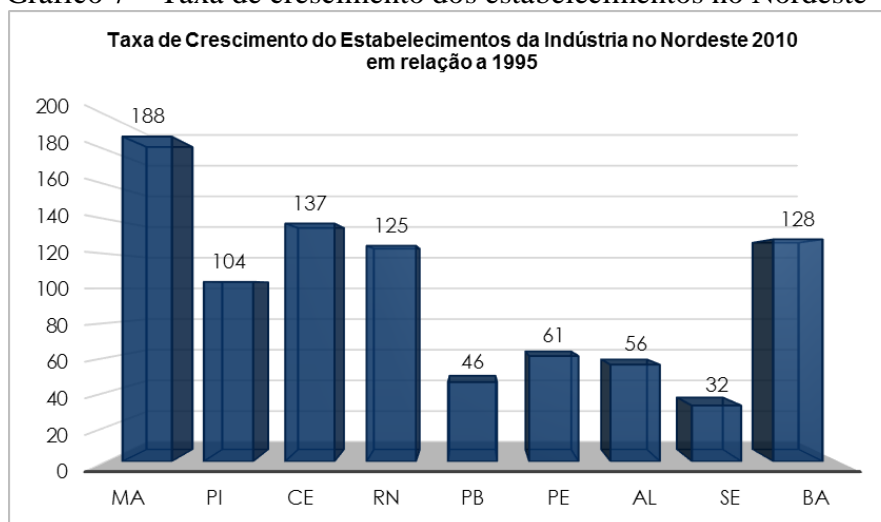
As empresas estão cada vez mais inseridas no Nordeste, como já mencionado neste trabalho. A tabela 2 demonstra a quantidade de estabelecimentos da Indústria, instaladas no Nordeste nos anos 1995, 2000, 2005 e 2010. Ficando evidente que os estados com maiores estabelecimentos são Ceará, Pernambuco e Bahia.

Em 1995 os mesmos, possuíam 5,8 mil, 6,1 mil e 7,6 mil respectivamente. Ultrapassando em 2010 uma quantidade estabelecimentos de 13,9 mil, 9,7 mil e 17,4 mil respectivamente.

Os estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, atingiram uma quantidade bastante elevada do número de empresas. Em 1995 possuíam 2,1 mil e 1,6 mil estabelecimentos industriais respectivamente. Atingindo em 2010 uma quantidade de 4.587 e 4.635 respectivamente.

Na Paraíba é possível identificar um forte crescimento dos estabelecimentos no estado. No qual em 1995 os números de estabelecimentos da indústria eram de 2,9 mil empresas e atingindo uma quantidade de 4,2 mi em 2010. Os demais estados não mencionados também tiveram uma representatividade na quantidade de estabelecimentos industriais.

Gráfico 7 – Taxa de crescimento dos estabelecimentos no Nordeste



Fonte: GEPETIS/DEPEC – UFRN, a partir dos dados da RAIS/MTE. Elaboração própria.

Os números de empresas do setor industrial que estão sendo instaladas no Nordeste brasileiro, só vem aumentando ao longo dos anos. O gráfico 7 evidencia a taxa de crescimento dos estabelecimentos no ano de 2010 em relação ao ano de 1995. Ficando perceptível que o Maranhão possui a maior taxa, com 188% do crescimento de empresas do setor industrial.

Ceará em posição secundária, atinge uma taxa de 137% e a terceira maior taxa encontra-se o estado da Bahia com 128%. As três menores taxas foram Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Lembrando que Pernambuco mesmo com a menor taxa é um dos três maiores estados com um elevado número de estabelecimentos.

Em 1995 Pernambuco possuía uma quantidade de estabelecimentos de 6,1 mil e em 2010 chegando a 9,7 mil empresas. Portanto Pernambuco, Ceará e Bahia são os maiores detentores da quantidade de Estabelecimentos da Indústria nos estados nordestinos.

6.0 CONCLUSÕES

Conclui-se, que a reestruturação produtiva foi um dos acontecimentos dos anos 1990, influenciando os mecanismos de produção, impondo as firmas a buscar competitividade nacional e internacional. Uma fase de busca de novas tecnologias, novos métodos de produção, organização e qualificação da mão-de-obra.

O emprego formal na indústria no Nordeste foi maior nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. A Bahia, Pernambuco e Ceará se destacam em relação aos demais na quantidade de empregos formais e de estabelecimentos por possuírem um elevado grau de concentração da Indústria.

Os demais estados que se destacaram no crescimento do emprego formal foram o Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão, porém se comparados aos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará o número de emprego formal é bastante inferior. Alagoas, Sergipe e Piauí tiveram uma taxa razoável do crescimento do emprego formal no período estudado. Em relação ao número de estabelecimentos, todos os estados tiveram taxas de crescimentos positivas, ou seja, todos os estados atingiram um aumento do número de empresas.

O trabalho trouxe a participação dos três setores da economia no Valor Adicionado Bruto, na qual ficou evidente que o setor de serviços contempla a maior contribuição. Mas vale lembrar que o objetivo do trabalho é estudar o setor industrial.

O referente mostrou a participação dos estados nordestinos no Produto Interno Bruto brasileiro, na qual a Bahia teve a maior contribuição no PIB do país. Mostrou também a participação de cada estado no PIB do Nordeste, e a Bahia sendo o maior colaborador.

O setor industrial no Nordeste brasileiro nos últimos anos vem ampliando o estoque de trabalhadores formais. Isso é de grande importância para o desenvolvimento do Nordeste, pois gera um maior poder de compra da classe trabalhadora, maior qualidade de vida dessa sociedade. Como também traz um bem estar social para as famílias mais carentes, pois a oferta desses empregos vem aumentando com isso gerando uma maior contratação da mão-de-obra.

Em relação a taxa de crescimento do Emprego Formal e dos Estabelecimentos de cada estado foi possível observar o seguinte: O estado do Maranhão no estoque de trabalhadores apresentou taxa de crescimento de 179,5% e a taxa de crescimento do estabelecimento foi de 188%. Na qual o número de empresas vem crescendo mais do que o número de trabalhadores.

7.0 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília – DF; MTE.

BRITTO, Jorge. Arranjos Produtivos Locais; Perfil das Concentrações de Atividades Econômicas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004

Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/>

GEPETIS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade

LARA, Fernando Maccari. Notas sobre medidas de concentração e especialização: um exercício preliminar para o emprego no Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento e gestão, Fundação de Economia e Estatística, Porto alegre, outubro 2010.

OLIVEIRA, Osmar Faustino. A Reestruturação Produtiva e o Emprego Formal da Indústria no Nordeste na década de 1990. Arigo apresentado no XIX Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal , 2014.

PEREIRA, William E. N. Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. CCHLA. UFRN, 2008.

SILVA, Marconi Gomes da. Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a Região Metropolitana de Natal na década de 1990. Natal: UFRN, 2008. 293 p. Tese [doutorado em Ciências Sociais da UFRN]

SILVEIRA, Raul. Concentração Industrial Regional, Especialização Geográfica e Geografia Econômica: Evidências para o Brasil no período 1950 2000. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, 2005.

SOARES, Francisco de Assis. Interiorização e Reestruturação da Indústria do Ceará no Final do Século XX. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, 2007.

Superintendência de Informações Econômicas e Socais da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/>

VARSAÑO, Ricardo. A Guerra fiscal do ICMS: Quem ganha e quem perde. Textos para discussão N°500, Brasília DF, 1996.